

Ciência em Foco

Volume IX

Bruno R. de Oliveira
Alan Mario Zuffo
Jorge G. Aguilera
Aris V. Peña
Rosalina E. L. Zuffo
org.



2022

Bruno Rodrigues de Oliveira
Alan Mario Zuffo
Jorge González Aguilera
Aris Verdecia Peña
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Organizadores

Ciência em Foco
Volume IX



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Prof. MSc. Adriana Flávia Neu
Prof. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Prof. MSc. Aris Verdecia Peña
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Prof. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Prof. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Prof. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Prof. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Prof. Dra. Patrícia Maurer
Prof. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Prof. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Mun. Rio de Janeiro
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciência em foco [livro eletrônico] : volume IX / Organizadores Bruno Rodrigues de Oliveira... [et al.]. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022. 86p. il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81460-57-0

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460570>

1. Ciência – Pesquisa – Brasil. 2. Pesquisa científica. I. Oliveira, Bruno Rodrigues de. II. Zuffo, Alan Mario. III. Aguilera, Jorge González. IV. Peña, Aris Verdecia. V. Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A Coletânea Ciência em Foco, desde o seu primeiro volume, vem proporcionando a divulgação de pesquisas científicas nas mais diversas áreas do conhecimento. Esta obra é de extrema relevância nos dias atuais, pois precisamos lidar com as “fake news” diariamente. A melhor ferramenta que temos para isso é o conhecimento curado, filtrado por especialistas, e revisado por pares. Neste nono volume trazemos aos leitores seis capítulos.

O Capítulo 1 aborda um tema ainda sensível em nossa sociedade: a prostituição. Os autores percorrem o assunto desde a Grécia Antiga até os dias atuais. Os focos das discussões fixam-se na prostituição viril (prostituto com características masculinas proeminentes) e na cultura da noite, realizando uma análise psicossocial das questões relacionadas. O Capítulo 2 também aborda assuntos relacionados ao gênero masculino. Os autores discutem, permeando às questões históricas da transição do matriarcado para o patriarcado, a construção psicossocial da imagem do deus judaico-cristão, apresentado como um ente masculino. Continuando a discussão sobre assuntos ligados à religião, no Capítulo 3 os autores apresentam um referencial teórico baseado nas ideias de Freud para discutirem o tópico dos delírios com conteúdo religioso e místico numa perspectiva psicológica.

Saindo dos assuntos da área psicossocial e migrando para a área de saúde-pública, no Capítulo 4 os autores e as autoras apresentam um estudo visando o desenvolvimento de um roteiro de inspeção direcionado às farmácias comunitárias para subsidiar o desenvolvimento e/ou implementação do serviço de testagem de COVID-19. Também relacionado ao tema de saúde ligado às farmácias comunitárias, no Capítulo 5 os autores e as autoras elaboram uma pesquisa com o intuito de desenvolver uma cartilha sobre dispensação farmacêutica com o intuito de melhorar essa atividade, proporcionando mais segurança para os pacientes.

Para finalizar, no Capítulo 6, escrito em língua espanhola, trata de questões relacionado do Direito Penal Peruano. O autor foca suas discussões nas novas funções dos operadores de direito diante do Novo Modelo Processual Penal, destacando que nesse modelo: a oralidade prevalece antes do documento escrito; é garantindo o direito de defesa do acusado, em qualquer estado do processo criminal; e, o promotor dirige sua própria investigação, de acordo com sua teoria do caso, sob responsabilidade funcional e o juiz dirige o julgamento.

Esperamos que cada um dos temas abordados com cuidado nessa coletânea, possa contribuir com o crescimento e fortalecimento da ciência em geral.

Tenham uma boa leitura.

Os organizadores


Sumário


Apresentação	4
Capítulo 1	6
Cultura da noite e identidade: uma análise psicossocial da prostituição viril	6
Capítulo 2	21
A construção psicossocial da supremacia do pai: a constituição do poder masculino nas ideias religiosas	21
Capítulo 3	36
Uma análise dos delírios religiosos em perspectiva freudiana	36
Capítulo 4	45
Roteiro de inspeção para implementação do serviço de testagem para Covid-19 em farmácias comunitárias	45
Capítulo 5	57
Desenvolvimento de uma Cartilha de Dispensação Farmacêutica em Farmácias Comunitárias	57
Capítulo 6	67
Estudios jurídicos del Nuevo Modelo Procesal Penal Peruano: A propósito de las nuevas funciones de los operadores del Derecho	67
Índice Remissivo	84
Sobre os organizadores	85

A construção psicossocial da supremacia do pai: a constituição do poder masculino nas ideias religiosas

Recebido em: 27/07/2022

Aceito em: 01/08/2022

 10.46420/9786581460570cap2

João Antonio da Silva^{1*} 

Bryan Silva Andrade² 

INTRODUÇÃO

Fazer menção ao lugar do masculino implica versar historicamente o processo de conscientização de si e do mundo, isso só é possível a partir da capacidade de simbolização que o ser humano possui, capacidade essa que ocupa importância por traduzir ou revelar a realidade de um determinado contexto ou época.

O patriarcado surge após um longo tempo de ignorância em relação a implicação do masculino no processo de fecundação do feminino, de modo que o feminino era a única representação da fertilidade, o que deu origem a era matriarcal, administrada pela Grande Deusa. Mas quando o homem passou a compreender sua importância, os valores e a vida dos grupos humanos, foi reorganizada (Lins, 2007).

O reconhecimento da paternidade exige uma reestruturação da sociedade, A maternidade mítico-religiosa da Grande Deusa chega ao fim. O Deus Pai todo poderoso assume o poder da então Deusa e se instaura o patriarcado. Com isso surge a nova ordem social, onde o poder do homem na sua função de pai se torna o eixo de todo processo de socialização, justificado inclusive pelas narrativas mítico-religiosas (Vieira, 2011).

Todo esse contexto ocorre permeado por fenômenos psicológicos, pois, a sociedade e o homem, a objetividade e a subjetividade participam de um único fenômeno no qual ambos se expandem mutuamente e existem paralelamente (Bock, 2011). Diante disso, esta pesquisa objetiva compreender a construção psicossocial da imagem de Deus como entidade masculina, no patriarcado judaico-cristão, visto sua grande influência cultural sobre a forma de existir dos ocidentais.

Consequentemente se faz mister explorar historicamente, no primeiro tópico, a constituição do matriarcado, bem como, os componentes simbólicos que o integram. No segundo tópico, discute-se a compreensão da paternidade e o próprio processo de transição do matriarcado ao patriarcado, bem como,

¹ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO); Teólogo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Filosóficos e Teológicos (IBEFT); Especialista em Saúde Mental pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Sacerdote da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB).

² Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Especialista em TTC pela Universidade do Estado do Ceará (UECE); Psicólogo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

* Autor correspondente: joannesfrei@hotmail.com

os elementos de relevância para a instauração do patriarcado até os dias atuais. Para, no terceiro e último tópico, analisar a constituição psicossocial da subjetividade no patriarcado judaico-cristão; quando se compreende imagem masculina da divindade, como um processo cíclico da constante implicação do ser humano na realidade e dessa no mesmo homem. De modo que a exteriorização, a objetivação e a interiorização se tornam a atitude que possibilita tal acontecimento (Berger, 2004).

A busca pelo sentido do fenômeno religioso na história do homem e do mundo despertou o interesse pela pesquisa, pesquisa esta que tem sua relevância para a compreensão da realidade social, tendo em vista, que o sentimento religioso, conforme Jung (1988), permeia a profundidade do ser humano e jamais poderá ser ignorado pela psicologia, pois, a experiência religiosa exprime com propriedade a alma humana. Faz-se necessário discutir o comportamento religioso, pois, as construções do mundo, na sua quase totalidade, são construções religiosas (Berger, 2004).

Para realização deste trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica, realizada em livros, artigos científicos e anais de congressos; trata-se de uma pesquisa qualitativa, visando enriquecer a discussão e aprofundamento do tema que implica um olhar multifacetado do ser humano, sobre a religião, evocando conceitos da história geral, da mitologia, da sociologia, da psicologia, do feminismo entre outros. Nota-se fundamental para essa reflexão, o método sócio histórico visto sua quase indispensabilidade quando se trata de compreender cientificamente literaturas antigas; procurando elucidar historicamente o processo de construção da realidade subjetiva, amplamente dependente da realidade objetiva.

O MATRIARCADO

O matriarcado consiste em uma forma de organização social que tem como referência a autoridade materna ou feminina (Ferreira, 2004). O termo “matriarcado deriva, respectivamente do latim e do grego, sendo que *mater* faz referência à mãe e *archein* (arca) significa reinar, governar.” (Vendramine, 2013). A partir do pressuposto a condição de autoridade é exercida pelo feminino, tendo como fundamento o fato de ser mãe.

No início do século XX foram encontrados resquícios artísticos de pequenas esculturas femininas da pré-história que acusam um culto a fertilidade (Trindade, 2007). As esculturas femininas fazem compreender os resquícios de uma religiosidade em plena idade da pedra. Essa era presenteia a arqueologia com estatuetas sem rosto definido, moldando apenas uma mulher com nádegas e seios enormes, quadris largos, barriga saliente e uma grande vagina (Lins, 2007). A Vênus esteatopígica mais famosa foi encontrada em 1908 pelo arqueólogo Josef Szombathy, uma estátua medindo 11,1 cm, em um sítio arqueológico da cidade de Willendorf na Austria, deu-se a estátua o nome de Vênus Willendorf (Trindade 2007).

A quantidade de simbolização do feminino, seja, em estátuas ou pinturas apontam para o sentido sagrado que a Grande Deusa ocupara na existência dessas comunidades humanas; onde o grande útero

era a natureza (Lins, 2007). Brandão (1986) afirma que as deusas de Creta (Hera, Ilítia, Persefone, Britomar) mesmo invocadas pelos gregos com funções diferentes das que o povo cretense atribuía, se unificam no atributo da fertilidade, logo que todas fazem menção à Grande Mãe e suas representações são esteatopígicas.

Com isso se pressupõe que existiu uma religião matriarcal na antiguidade, na qual os rituais criados para adoração da Deusa Mãe (a terra), da natureza e da fertilidade feminina ocupavam o eixo central da crença na grande Deusa (Vendramine, 2013).

Brandão (1986), classicamente afirma que em Creta tendo-se primazia plena as divindades femininas sob a forma esteatopígica, acusa-se nesse contexto religioso a eminência da Grande Mãe. “[...] com seios proeminentes, flancos largos, traseiro exuberante e umbigo enorme são a própria imagem da fecundidade” (Brandão, 1986). Assim as divindades femininas se referem sempre à Grande Mãe e terminam por enaltecer o caráter fundamental de sua sacralidade, a fertilidade (Brandão, 1986).

Conforme Almeida (2010) o ser humano conseguiu relacionar a natureza e sua abundante capacidade de dar vida com a maternidade feminina; assim sacralizou-se a vida e entendeu-se que a mulher carrega consigo poderes mágicos originados da Grande Deusa (simbolizada pela terra doadora de vida).

A fertilidade da mulher estava intrinsecamente associada a fertilidade do solo e conseqüentemente ao poder da lua, uma vez que a Grande Deusa, a natureza e a mulher participavam do mesmo mistério; tendo por base a associação feita entre as fases do satélite lunar e o ciclo menstrual; era atribuído à lua o poder sagrado de fertilizar, tanto a mulher quanto as plantas são férteis, logo possuem relação mais estreita com a divindade fertilizadora (Almeida, 2010).

A atividade exercida pelos homens era a caça e a colheita de frutos e raízes para a alimentação dos clãs; as mulheres ao iniciaram o trabalho com a agricultura, garantiam tanto a fertilização do solo quanto a manutenção da espécie humana, logo que a vida fetal era iniciada nos rios, pedras ou cavernas, e só depois misticamente adentravam o útero da mãe humana, era uma migração: do útero da Grande Mãe divina para a “semidivina” (Lins, 2007).

Se acreditava ter a lua o poder divino de fertilizar, por isso o homem quase não tinha importância para a reprodução. O ato sexual era deliberadamente livre e não se tinha referência para a paternidade, só a Grande Deusa era dona da criação; “O filho de um era filho de todos” (Almeida, 2010). A proposição da autora deixa subtender que na época matriarcal a maternidade humana aparece com pouca relevância, e sugere, implicitamente, uma desordem no que se confere a constituição organizacional hierárquica familiar de um simples clã; afirma ainda uma sociedade onde o matriarcado se funda na própria possibilidade mítico-religiosa da Grande Deusa.

Sem descartar o importante papel da mulher não apenas para a procriação, mas também para a própria manutenção da espécie, tendo em vista que a capacidade produtiva da terra estava intrinsecamente ligada a fertilidade da mulher (Almeida, 2010)

A Grande Deusa, não tão raro assumia formas animais, visto que necessitava originar pelo acasalamento cada espécie; a deusa mãe dava origem a todos os seres (Lins, 2007). Brandão (1986) complementa ao dizer que os animais sagrados (touro, serpente, leão...) para alguns teóricos podem sinalizar zoolatria, mas que sua interpretação coerente estaria em compreendê-los como simbolização especialmente da Grande Mãe, para os povos minoicos.

Ribeiro (2012) mencionando a antiga Grécia, Roma entre outras, encontrou traços da divindade feminina nas literaturas mitológicas “depois a deusa se desdobrou em imagens diversas conforme as necessidades humanas”. Passou a existir a deusa do amor, da polis, da guerra, seus nomes eram os mais diversos de acordo com a cultura local, sendo sempre originadas da grande Deusa Mãe (Ribeiro, 2012). A figura proeminente da época foi a feminina, mas também existiam deuses masculinos, que exerciam a condição de filhos ou amantes da Deusa; de acordo com Brandão (1986):

A existência de deuses do sexo masculino na civilização minoica está mais que comprovada [...] embora se tenha de admitir que “esses deuses” eram tão somente divindades associados à Grande Mãe, como o deus-galo, Velcano, sem lhe terem jamais ameaçado o poder e a soberania. (Brandão, 1986).

Lins (2007) confirma que a Deusa adorada sob uma multiplicidade de nomes, e assumindo formas variadas reinou de modo absoluto, pois o seu longo reinado deixou simbolizado o feminino. Alguns símbolos pequenos se assemelham a talismãs portáteis representando a Grande Deusa (Trindade, 2007).

Para os povos celtas a Deusa carregava a pureza casta e lascívia como caracteres opostos em uma condição essencialmente sagrada. Soa antagônico, porém, o sexo, primitivamente nestas comunidades, tinha um aspecto simbólico religioso, sinalizava a eternidade de um casal por meio dos filhos, logo que os seres humanos são mortais (Lemes, 2020).

Cultua-se o casamento sagrado e dentro do seu ritual a Grande Deusa, simbolizada na Deusa Tríplice cultuada entre o povo celta, toma para si condição de virgem e ao tempo mesmo de prostituta. São condições que ao se falar da Deusa não traduzem contrariedade, pois, a mesma é dinâmica, se expande ritualmente, mas também se recompõe. O caráter de sua virgindade é apenas moral acusando a independência da Deusa na relação com o masculino (Lemes, 2020). A Deusa era virgem, o que significava que ela era completa e suficiente para si, estar casada não macularia a virgindade da Deusa, uma vez que o marido não exercia poder sobre ela; desse modo sua divindade era preservada para o culto dos povos (Ribeiro, 2012).

A religião da Deusa tem um foco no processo harmonioso das relações entre o masculino e o feminino e mais, via-se como algo puramente processual e harmônico o nascimento, a morte e o renascimento, tendo em vista esse caráter cíclico da crença celta, que tem como autoridade suprema a Grande Deusa (Lemes, 2020).

Em tempos remotos entre os povos celtas, paralelo à Grande Deusa, era comum se cultuar o deus Cornudo (divindade da caça) de forma que no inverno período da caça os rituais são direcionados

ao deus Cornudo; no verão todos se voltam para a Deusa e cuidam das plantações (Bulsing, 2010). Assim não se ameaçava a harmonia entre divindades e principalmente entre os gêneros.

A religiosidade do Paleolítico até a Idade dos Metais se desvela plenamente antagônica a atual Era Cristã; pois, a divindade primitiva era uma mulher como que em trabalho de parto, compartilhando a vida e não um homem morrendo crucificado (Lins, 2007).

A COMPREENSÃO DA PATERNIDADE E O PATRIARCADO

Com o crescimento das comunidades humanas cresceu também as necessidades alimentícias, o sedentarismo se instala. Aos poucos os homens intensificam o contato com a Grande Mãe e trabalham na agricultura, atividade antes exclusivamente feminina; também iniciam a domesticação de animais e, em consequência dessa, adquirem a consciência de que a reprodução das espécies está diretamente ligada a introdução do sêmen masculino. Essa descoberta causa abalos na estrutura social e mítico-religiosa vigente, altera-se o que se sabe sobre a origem e a manutenção da vida (Lins, 2007).

Compreendia-se nas comunidades celtas e gregas, entre outras, do paleolítico ao neolítico que toda a existência vital dos seres humanos, animais ou plantas e até mesmo divindades tinha origem misteriosa no poder da Grande Deusa (Lins, 2007; Vieira, 2011; Brandão, 1986).

A divindade soberana do Neolítico II, na Grécia, é a Terra-Mãe, a Grande Mãe, cujas estatuetas, muito semelhantes às cretenses, representam deusas de formas volumosas e esteatopígicas. A função dessas divindades, hipóstases da Terra-Mãe, é fertilizar o solo e tornar fecundos os rebanhos e os homens (Brandão, 1986).

Todo esse cenário sócio organizacional e mítico-religioso, a partir do conhecimento da paternidade, é modificado. A Grande Deusa é ladeada por um Deus viril e poderoso, com o qual compartilha sua autoridade sobre a fertilidade, quando surge o casamento sagrado (Lins, 2007). As altas sacerdotisas da Grande Mãe dominam os templos gregos, porém de modo lento e tímido surge o sacerdócio masculino, de início os sacerdotes tinham a função de acólitos ou assistentes das sacerdotisas (Brandão, 1986).

Na mitologia grega Zeus e Hera ganham a condição de deuses da fertilidade, um masculino e um feminino muito cultuados no majestoso templo de Hierápolis (Barros, 2013). Eram oferecidos muitos sacrifícios ao casal sagrado, mas em tempos distintos para cada um, o primeiro culto dirigido à Zeus, era realizado com abundância de silêncio nos ritos, tendo em vista Zeus ser uma divindade exigente, configurando-se como dever social; já durante o culto à Hera tocava-se flautas e trombetas, era dotado de espontaneidade e orgias (Barros, 2013).

Para os gregos a Deusa era sinônimo de sensualidade. Nos templos de Afrodite buscando um contato com o divino, muitos homens iam ao encontro da Deusa para experienciar com a mesma o êxtase sexual, ofereciam com as prostitutas sagradas o coito em louvor da divindade (Ribeiro, 2012). As sacerdotisas-prostitutas que incorporavam Afrodite tinham reconhecida sua dignidade, compunham o

quadro de autoridades sagradas dos templos em que serviam, gerando uma “congruência da sexualidade com a espiritualidade” (Barros, 2013).

Nas proposições de Vieira (2011) após uma convivência harmoniosa entre o Deus e a Deusa da fertilidade o patriarcado assume destemidamente o poder quando povos europeus nômades, administrados por homens criadores de animais invadiram os domínios da Deusa em busca de alimentos e exterminaram todas as diferentes formas culturais que encontravam, introduzindo a sua cultura patriarcal.

No fim da era do Bronze Médio, vários santuários construídos em acrópoles (partes mais elevadas das cidades gregas) como em Egina dão sinais de uma religião patriarcal eminente, período em que desapareceu a grande maioria das estatuetas da Grande Mãe e seus cultos nos centros urbanos. (Brandão, 1986). Assim, o término da Era de Bronze inaugura a transição do longo período matriarcal, quando o Deus todo-poderoso passa a usurpar o poder da Deusa gerando o ainda presente tempo patriarcal.

Desse modo se compreende que a Grande Mãe foi literalmente suprimida, a mulher é desmistificada e transformada em objeto de disputa de tribos e/ou de negociações comerciais ou diplomáticas (Lemes, 2020) o que caracteriza uma espécie de mutilação ou mesmo assassinato do mito da Grande Deusa Mãe, podendo simbolicamente se compreender como matricídio, tendo em vista que a Deusa era considerada a Mãe de todos os seres.

O patriarcado constitui um regime social em que o pai e/ou o masculino é a figura proeminente de autoridade máxima (Ferreira, 2004). A Deusa Mãe não é mais a razão da vida e da existência de todos os seres, mas sim o Deus Pai todo-poderoso (Almeida, 2010), em virtude disso a cultura de uma liberdade sexual da mulher é estritamente proibida, pois, como se poderia identificar e reconhecer a paternidade masculina, exigida pelo sistema patriarcal? Do contrário quem seria o pai de quem? (Vieira, 2011).

Os mitos gregos são formulados para enaltecer o falo como grande poder gerador de vida, deuses possuidores de pênis eretos como Priapo são cultuados; e imagens dos órgãos sexuais, de ambos os gêneros, eram produzidas e carregadas em rituais festivos. Em Roma, por exemplo, um dos ritos para fertilidade consistia em andar circularmente em torno dos campos com representações penianas (Lins, 2007).

A criação do cosmos na sua totalidade é para os povos das sociedades patriarcais o resultado do onipotente Deus Pai; na mitologia grega “Zeus é, portanto, o deus do alto, o soberano, “o criador”.” (Brandão, 1986). Para garantir legítimo herdeiro, os homens apoiados pela masculina entidade sagrada sacralizam normas morais e penalizam a infidelidade conjugal (feminina) muitas vezes até com a morte (Lins, 2007).

O sistema patriarcal estabelece a submissão do feminino, nesse período um Deus único se configura, e se fortalece a religião do Pai (o judaísmo) (Lemes, 2020).

ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA SUBJETIVIDADE NO PATRIARCADO JUDAICO-CRISTÃO

O ser humano surge como sujeito da história em meio aos grupos sociais a partir de sua implicação na reformulação da natureza. Essa atitude firma sua existência. E nesse processo de construção do mundo e, conseqüentemente, de si próprio ele faz surgir objetos ou estruturas materiais e ideias (Gonçalves et al., 2011). Por meio de objetos se possibilita uma reflexão do momento histórico, ao ponto que “A origem das ideias produzidas socialmente está na base material da sociedade.” (Gonçalves et al., 2011).

A sociedade e o ser humano resultam de um mesmo movimento dialético e esse acontece por meio de uma tríplice atitude sendo respectivamente na exteriorização, na objetivação e na interiorização que o processo de existência do ser humano e da sociedade se funda, um movimento essencialmente cíclico e expansivo (Berger, 2004).

É chamada de exteriorização a constante implicação direta na organização do mundo por meio do trabalho humano, e é em virtude dessa que se afirma ser a sociedade uma construção humana. A objetivação, por sua vez, possibilita aquisição dos resultantes da ação, que formam uma realidade aparte e distinta. O último movimento do ciclo, a interiorização, tem a finalidade de tornar a realidade exterior uma propriedade do campo subjetivo do humano compondo então sua consciência, é por conta desse processo que se diz o homem ser um produto da sociedade (Berger, 2004).

As experiências humanas acumuladas a partir de suas relações com o mundo, a natureza e os outros humanos são o arcabouço de sua subjetividade. Experiência essa a partir da qual se visualiza não só as transformações objetivas da realidade social, mas também uma formação subjetiva por meio de uma nova consciência, uma nova identidade e uma nova forma de se relacionar e de significar o mundo (Furtado et al., 2011).

Para discutir o processo psicossocial incluso na concepção do patriarcado judaico-cristão faz-se mister compreender o significado do pensamento religioso para a estruturação da sociedade uma vez que a religião é no universo social uma legitimadora de suas constituições por estar “situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico” (Berger, 2004).

A narrativa mítico-religiosa da criação do mundo no livro do Gênesis, um livro fundamental no estudo da compreensão do pensamento patriarcal, categoricamente valida a compreensão judaico-cristã da autoridade masculina ao de início conceder ao homem nominar toda a criação inclusive a mulher (Bíblia – Gênesis 2, 7-24). A figura do Deus criador justifica assim a ordem social e institui a família patriarcal ao dizer a mulher “Teu desejo te impelirá para teu homem, e este te dominará” (Bíblia – Gênesis 3, 16).

O texto bíblico citado imprime uma compreensão patriarcal muito mais antiga que o judaísmo, pois, o relato da criação judaico se apodera de outras construções culturais mais antigas, como os povos da Babilônia, da Suméria, de Tebas entre outros. “Os relatos sobre os patriarcas, embora redigidos muito

tempo depois dos acontecimentos aos quais se referem, atestam um enraizamento real no ambiente em que viveram [...]” (Bíblia – Teb, p. 10). Acredita-se que o patriarcado já se havia instaurado, uma vez que as narrativas tidas como sagradas o afirmavam. Se confirma que a realidade social objetiva, a família patriarcal, foi interiorizada e nesse processo “a facticidade objetiva do mundo social se torna igualmente uma facticidade subjetiva” (Berger, 2004).

Pelos profetas a figura de um Deus masculino criador surge em um ancião poderoso e é disseminada a partir de visões como em Daniel reforçada em Apocalipse, ambos falam de um ancião investido de ouro na cintura, sentado em um trono, o mesmo tinha cabelos brancos como neve, seus olhos semelhantes a chamas de fogo e pés como que bronze precioso, tinha uma aparência de “filho de homem” e seu rosto brilha como o sol (Bíblia – Daniel 7, 9-14; Apocalipse 1, 13-17).

A última citação evidencia um caráter antropomórfico do patriarcado, onde o Deus absoluto, pleno em si mesmo é semelhante a um homem em condição superior, adornado por símbolos de poder ou realeza, e de sabedoria ou experiência, também um homem com características incomuns aptas a causarem temor; partindo do pressuposto que a exteriorização é uma condição antropológica fundamental, acredita-se que o homem se implica, significativamente, nesse sagrado que constrói, visto que “o ser humano é exteriorizante por essência” (Berger, 2004).

Essa figura do Deus Pai normatiza com o decálogo as relações entre o humano e o divino, bem como, dirige as relações dos seres humanos entre si estabelecendo inclusive o matrimônio ao falar de fidelidade e respeito à mulher de outrem ou não adultério (Bíblia - Êxodo 20,1-17).

A mesma entidade suprema e única - em contra posição à antiga sacralidade da fertilidade - declara impura a mulher que dá a luz a uma criança, independente de qual seja seu gênero, e estabelece rituais de purificação para a mesma, não podendo tal mulher entrar por um tempo pré-determinado no santuário; mas se a criança nascida for uma menina o tempo de purificação é dobrado, pois constitui uma impureza ainda maior (Bíblia - Levítico 12, 1-8). Configurando na história da humanidade a discriminação do feminino e uma compreensão de que “A mulher é assim, votada ao Mal.” (Beauvoir, 1970).

O patriarcado concede apenas aos homens o sacerdócio, já as mulheres não podem nem comer dos alimentos santíssimos conforme o Deus Pai disse a Aarão:

[...] tu e teus filhos assumireis as funções sacerdotais em tudo que se refere ao altar e em todo o que está atrás do véu. [...] todas as oferendas que me restituírem os filhos de Israel, a título de oblação, de sacrifício pelo pecado e de sacrifício de reparação; são coisas santíssimas, que te pertencerão, bem como a teus filhos. Vós vos nutrireis das coisas santíssimas. Toda pessoa do sexo masculino poderá comer delas (Bíblia de Jerusalém - Números 18, 1-21).

O texto corrobora com o processo de desvalorização do feminino e também com a constante significação do masculino, como o ser que não apenas dialoga com o sagrado, mas também o realiza.

Nessa construção poderosa do patriarcado a mulher não se acha no direito de administrar as coisas sagradas. Segundo Beauvoir (1970) as coisas, propriedades ou objetos, no início da sociedade privada, era inviável uma mulher possuir, administrar ou transmitir bem algum, em caso de viuvez deve

essa casar-se de imediato para que um homem administre seus bens, melhor dizendo, os bens do falecido. Essa consciência socialmente construída foi interiorizada tão firmemente que uma vez viúva “[...] a Duquesa de Borgonha vem em pessoa reclamar do rei um novo esposo” (Beauvoir, 1970).

A condição da mulher é muito inferior em relação a posição masculina, e com o surgimento da propriedade privada se torna ainda mais rebaixada, passando essa a representar mais um bem do esposo, quando surge um conceito de família nuclear (pais e filhos); as funções de cada membro da família passam a existir em função dos bens, e a existência da mulher se torna alienada ao patrimônio (Beauvoir, 1970). A palavra patrimônio traduz na sua morfologia os bens do pai (Ferreira, 2004). Acusa essa situação a iconografia da época ratifica por Aries (1981) que apresenta a gravura, do século XVI, de Humberlot-Huart, onde a família está reunida em torno do pai, em seu gabinete, a cena contempla de um lado fardos de mercadoria empilhados e de outro pastas de processos. O pai como que fazendo contas ladeado pelo filho que se posiciona um pouco mais atrás; em outro ângulo a mãe cuida da filha pequena.

O papel do homem de mantenedor, administrador e protetor da família prepondera, em detrimento do papel da mulher que corresponde a realizar os trabalhos domésticos e o cuidado dos filhos, a função de engendrar um herdeiro masculino se torna ainda mais fundamental, pois, o proprietário considera seu legado mais significativo que a própria vida, logo surge o direito de sucessão hereditária (Beauvoir 1970). Algo que às mulheres foi negado visto a lógica dominante de que “Se elas fossem herdeiras transmitiria as riquezas da família paterna a do marido” (Beauvoir, 1970).

Em relação ao culto religioso, o apóstolo Paulo nega às mulheres qualquer manifestação de relação com o sagrado ao dizer:

Como é de praxe em todas as Igrejas dos santos, as mulheres caem-se nas assembleias; elas não tem permissão para falar; devem permanecer submissas como diz a lei. Se elas desejam instruir-se sobre algum detalhe, interroguem o marido em casa (Bíblia – Coríntios 14, 32-35).

A ambição do homem em querer que os resultados ou lucros das atividades laborais, realizadas em sua propriedade, sejam plenamente seus faz surgir a escravatura não só dos trabalhadores, mas também da mulher e dos filhos (Beauvoir, 1970). No século XVI quando a mulher embora casada é considerada incapaz, devendo se subjugar a lei do marido que tem seus poderes ampliados instaura-se a chamada “monarquia doméstica” (Aries, 1981).

Essa compreensão de tal modo se instaurou nas sociedades judaico-cristãs que:

Pelo casamento uma mulher não é mais emprestada por um clã a outro; ela é radicalmente tirada do grupo em que nasceu e anexada ao do esposo; ele compra-a como compra uma rês ou um escravo e impõe-lhe as divindades domésticas; e os filhos que ela engendrar pertencem à família do esposo (Beauvoir, 1970).

Tal momento histórico faz com que a compreensão de família dialogue ou se relaciona com o poder de Deus e do rei, sendo a família um suporte para a sociedade monárquica (Aries, 1981).

Ao relacionar a finitude e o desejo de eternização a sociedade patriarcal institui o herdeiro, um filho homem no qual o legado do pai terá continuidade, esse herdeiro carrega uma função não apenas

econômica, mas também tem uma simbolização religiosa, pois, o mesmo deverá prestar homenagens-póstumas de respeito aos talentos, a bravura e conseqüentemente às ações de seu pai, e os rituais precisos para que o seu repouso de espírito seja realizado (Beauvoir, 1970).

A família manifesta o desejo de sacralização desde os antigos ícones (quadros ou vitrais) que eram colocados pelos doadores nas igrejas, os quais tinham representações de todos os membros reunidos muitas vezes até os falecidos ali estavam, bem como, no desenvolver dessa iconografia quando são colocados nos quadros da família os santos de devoção do pai e/ou da mãe; os quais conseqüentemente são compreendidos como protetores cultuados pela família (Aries, 1981).

Essa lenta associação da família ao sagrado evoca na época da “monarquia doméstica” uma nova representação da iconografia cristã ao que se refere a família de Jesus; no século XVI São José é colocado em um patamar superior, de onde sua autoridade masculina se torna evidente trata de justificar a posição de poder do homem (Aries, 1981).



Figura 1. Fonte: <http://libermundoturismo.blogspot.com.br/2012/05/peregrinacaobelem-campo-pastoreio-e.html>

Analisando o quadro acima criado para ser o modelo da sagrada família, vemos uma família cujo funções aparecem bem definidas, a mulher realizando o seu papel de servidora e mãe em posição de cuidado com o filho, e o homem no seu posto de guardião ou superior a contemplar a realização das atividades, tidas como femininas, sem se envolver e apreciando o herdeiro do seu legado. Maria é a mãe zelosa, a dona de casa que toda mulher deve ser e José é o pai, a autoridade não curvada que todo homem deve exercer na administração da família. Se considerado o caráter sagrado, que Jesus simboliza, o quadro ainda diz que, nem mesmo diante do divino se deve curvar a autoridade do pai.

De acordo com São Paulo aos I Coríntios, na família a autoridade do homem simboliza a própria autoridade de Deus, o mesmo é bem categórico quando escreve: “Quero, no entanto, que saibais o seguinte: a cabeça de todo homem é Cristo; a cabeça da mulher é o homem; a cabeça de Cristo é Deus” (Bíblia – I Coríntios 11, 3). Nessa concepção o masculino assume um poder outorgado não apenas pelas

leis profanas, mas também a lei divina está investida nesse homem, homem esse que se sobrepõe a mulher na plenitude de significação do termo.

Com a simbolização do paradigma da Sagrada Família a visão patriarcal judaico-cristã corrobora com o processo de marginalização do feminino, conforme São Paulo, o pecado que a mulher carrega por ter se deixado seduzir (Eva no Gênesis) só pode ser absolvido pelo serviço da casa e da maternidade (Bíblia – I Timóteo 2, 2-14).

O patriarcado já é reafirmado desde o primeiro livro do novo testamento com a genealogia de Jesus, uma genealogia totalmente masculina, que se inicia em Abraão e termina em José o esposo de Maria, mulher que aparece visto o fato de não se reconhecer em José a paternidade de Jesus, pois, ele aparece como filho de Deus (Bíblia - Lucas 1,26-38) e também se intitula “o Filho do Homem” (Bíblia – Mateus 8,20; João 9,35-38). A segunda afirmativa de Jesus dá margem para uma compreensão de virilidade do sagrado, uma confirmação da hegemonia do Deus Pai, como entidade masculina que confere poder aos homens e não às mulheres.

De entre a religião do Pai, surgiu a religião do Filho (o cristianismo) a qual herdou o patriarcado e o reafirma, trazendo de início uma forma mais amena inclusive gerando a possibilidade de uma igualdade de direitos a ambos os gêneros por meio de um enaltecimento de caracteres espirituais dos seres humanos: “Felizes os pobres de coração: deles é o Reino dos céus. [...] Felizes os corações puros: eles verão a Deus” (Bíblia - Mateus 5,3-8). Permitindo inclusive que o feminino novamente ganhasse imagem sagrada nas chamadas ‘santas mulheres’ as que acompanharam Jesus durante sua vida pública e crucificação sendo elas “[...] sua mãe, a irmã de sua mãe, Maria de Cleopas, e Maria de Mágdala” (Bíblia - João, 19,25).

O patriarcado judaico-cristão nos primórdios do cristianismo deu possibilidade para que em Maria a mulher atingisse maior valoração, a partir do culto a figura feminina adornada de todas as honras e realezas; porém em resposta a uma posição de valor feminina o significado de Maria é reduzido à mãe sofredora, sujeitada em tudo ao serviço do filho (Lins, 2007).

A insistência em punir as mulheres pelo pecado propicia aos patriarcas da Igreja diferenciarem Maria das outras mulheres:

[...] chamada e escolhida, desde o princípio e antes dos tempos, uma Mãe, para que seu Filho Unigênito, feito sua carne, nascesse na feliz plenitude dos tempos, em tanto querer a amou acima de todas as criaturas, que somente nela se encontrou sua grande benevolência. Pelo que tão maravilhosamente a encheu da abundância de todos os carismas celestes, por méritos do tesouro divino, muito acima de todos os anjos e santos, que ela, absolutamente sempre livre de toda mancha de pecado, sendo toda formosa e perfeita, manifestasse tal plenitude de inocência e santidade, que não se concebe de modo algum, depois de Deus, alguém tão grande e nada pode imaginá-la distante de Deus (Pio IX, 1954).

Maria é, pois, nessa proposição, a única mulher sagrada, que não experimentou o pecado, nem teve sua virgindade afetada, que sofreu apenas a magnitude de ser mãe do ente divino, por essa razão,

por ter cumprido o seu papel de mulher-mãe ela é merecedora da realeza e eternidade que o masculino participa. É o que diz o ícone abaixo:



Figura 2. Fonte: <http://br.monografias.com/trabalhos/paradoxo-mariano/paradoxo-mariano3.shtml>

Fazendo outra análise a tela acusa o reconhecimento de Maria, mas também retrata o inferior lugar do feminino, considerando como Pio IX afirma, Maria, a mulher plena de divindade, aqui está a Sagrada Família do céu, e identificamos no ícone que mesmo o feminino obedecendo em tudo e se dispondo ao máximo, nem assim, pode compartilhar de lugar semelhante ao masculino. É o segundo lugar que é coroado em Maria.

Em outras palavras, a cena corrobora com a sociedade patriarcal onde a mulher tem na família o lugar que o pai e o filho, seu direto herdeiro, o quiserem dar. Confirma Beauvoir (1970) quando diz que “O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem.” Essa posição aparece justificado e proclamado inclusive pela iconografia sagrada. Assim o espaço da maternidade não assume destaque “[...] a mãe é relegada a função de ama, serva, e a soberania do pai é exaltada: êle é que detém os direitos e os transmite.” (Beauvoir, 1970). O que caracteriza o poder do homem, dentro do nosso estudo, uma realidade social objetiva, aquela que se impõe como realidade, propiciando que os indivíduos a reconheçam (Berger, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer em tese qualquer construção psicossocial implica versar o significado ou conceito de tal empreendimento, e o processo de formulação do mesmo, não descartando jamais o psiquismo ou o conjunto de fenômenos subjetivos inerentes nessa elaboração. Questionar quem é esse ser humano, dessa época e como se constituiu sua subjetividade é fundamental para o processo, pois, são indagações tão pertinentes quanto quais são os fenômenos sociais inclusos nesse tempo histórico.

Discutir o matriarcado permitiu identificar um tempo histórico em que a maternidade da Grande Deusa ocupou um caráter sagrado tão eminente que, diante de todo o potencial de fecundidade da mãe de todos os seres (divinos e profanos) e conseqüentemente detentora da realidade - a mulher mãe teve que simbolizar um papel secundário. Pois, é da Grande Deusa que se acreditava surgir também a humanidade, foi dado à mulher o lugar de acolitato, em relação à Deusa, nesse imenso e sacro-natural ritual da vida que a Deusa realizava.

O matriarcado se configurou como o poder do feminino sobre a explicação e a origem da vida de modo mítico-religioso, a partir do qual as mulheres exerceram posturas sociais de relevância como as altas sacerdotisas da Deusa Afrodite, que possibilitam um período onde a pureza e a perversão aparecem aliadas ao ato sexual que nos templos gregos ganhou condição de ritual sagrado de culto à Grande Deusa (Barros, 2013).

A transição para o patriarcado, na Grécia, configurou uma harmonia entre o casal sagrado Zeus e Hera, mas cada divindade era cultuada separadamente e diferentemente; tal desencontro dá suporte para que o homem, consciente do papel de pai que lhe fora negado reconstrua a realidade e aos poucos são dizimados os cultos à Grande Deusa.

Instaurado o patriarcado sob a égide de um Deus Pai todo-poderoso que não só dá origem a tudo, mas tudo governa e legisla sobre tudo e todos. Essa poderosa representação mítico-religiosa transmite uma autoridade sublime ao homem e instaura uma divisão de gênero onde o lugar da mulher é gradualmente rebaixado até a condição de não pessoa, uma vez que, o ser humano no sexo feminino - no auge da propriedade privada - passa a ser considerada uma propriedade do marido, tempo em que a maternidade sobre seu filho lhe era negada, pois, tudo que existia (mulher, filhos, escravos, bens de toda ordem) formava um único patrimônio de um singular proprietário: o homem.

Percebeu-se historicamente que os caracteres sagrados da Deusa, ofuscavam inclusive a construção de subjetividade de forma que toda criatura permaneceu alienada em sua sacralidade. Diferente do Deus pai, que deu ao homem poder para reconstruir o mundo e em seu nome governar o mundo criado, de forma que o patriarcado se instituiu com uma firme estrutura mítico-religiosa e uma semelhante estrutura psíquica.

Assim o masculino assumiu ascendência tão significativa que a simbolização do sagrado da era patriarcal foi cristalizada em uma figura masculina, um reflexo da exteriorização que corrobora

consequentemente com a objetivação e com a introjeção da supremacia do masculino no âmbito social-histórico da construção da realidade.

Foi possível perceber que na história o lugar da mulher se constituiu inferior ao do homem, e mesmo as figuras “sagradas” do feminino são promovidas ao segundo lugar, pois, o masculino construiu historicamente em torno de si toda uma realidade física e psíquica, na qual as leis profanas e, as consideradas sagradas, afirmam o império do masculino na terra e nos céus.

Essas discussões possibilitaram uma maior compreensão do diálogo entre a realidade social e as ideias religiosas para a construção de uma mais firme e duradora verdade histórica: a figura masculina da divindade. O que não permite esgotar o tema visto a amplitude de significações que a religiosidade impõe ou possibilita para a realidade social, de modo que novos pesquisadores têm toda uma multiplicidade de questões a serem exploradas.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. Dicionário de filosofia. Tradução Alfredo Bosi. 2. Ed. São Paulo: Martins fontes, 1998.
- Almeida, F. L. Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- Barros, M. L. Os deuses não ficarão escandalizados: ascendências e reminiscências de femininos subversivos no sagrado. Universidade de São Paulo. Estudos feministas. Florianópolis, 2013.
- Beauvoir, S. O segundo sexo – Livro 1. 4. Ed. São Paulo. Difusão europeia do livro, 1970.
- Berger, P. L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. Organização: Luiz Roberto Benedetti. Tradução José Carlos barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.
- Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista. São Paulo: Edições paulinas, 1985.
- Bíblia Teb, Tradução ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- Bock, A. M. B. et al. Psicologia sócio-histórica: 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- Brandão, J. S. Mitologia grega. Volume I. Petrópolis – RJ: Vozes, 1986.
- Bulsing, M. A bruxaria moderna: conhecendo a wicca e suas representações e relações de gênero. Universidade Federal de Santa Maria Centro de ciências sociais e humanas departamento de sociologia e política. Santa Maria, 2010.
- Ferreira, A. B. H. Mini Dicionário século XXI: Coordenação da edição, Margarida dos anjos [et al.], Rio de Janeiro, 2001. Editora Nova Fronteira. 5ª Ed para FNDE/PNLD 2004.
- Furtado, O. O psiquismo e a subjetividade social; in Bock, Ana Mercês Bahia. et al. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- Gonçalves, M. G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a história como noção básica; in Bock, Ana Mercês Bahia. et al. Psicologia sócio-histórica: 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

- Jung, C. G. Interpretação psicológica do dogma da Trindade. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1988
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010
- Lemes, M. S. R. As sociedades matrifocal e patriarcal na Era Arturiana: A representação de Morgana, em *As Brumas de Avalon*. Curitiba, PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.
- Lins, R. N. A cama na varanda: arejando ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências. Ed. Rev. e ampliada – Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.
- Ludwig, A. C. W. Fundamentos de metodologia científica. Petrópolis, RJ: Vózes, 2009.
- Moscovici, S. Representações Sociais: Investigações em psicologia social. 6 ed Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- Pio XI. *Ineffabilis Deus*: Sobre a imaculada concepção. 1954.
- Ribeiro, M. G. O sagrado feminino na literatura. *IPOTESI, Juiz de Fora*, v16, n2, p. 63-75, 2012.
- Trindade, S. História da Arte. 1ª Ed, Faculdade de Tecnologia e Ciências. Educação a distância, 2007.
- Vendramine, B. F. A presença das mulheres na liderança das manifestações culturais com indicação de uma possível educação matriarcal. *Anais eletrônicos do XVI Congresso Brasileiro de Folclore – UFSC, Florianópolis*, 2013.
- Vieira, T. B. Gênero e religião: paganismo e o culto à deusa na contemporaneidade. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, Programa de pos-graduação em psicologia, Mestrado em Psicologia Social. Porto Alegre, 2011.

Índice Remissivo

C

COVID-19, 40, 41, 42, 44, 45, 49

D

delírios religiosos, 31, 32, 35, 36, 37, 38

Derecho de defensa, 73, 78

dispensação, 52

F

farmacêutico, 49, 57

Freud, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38

J

judaico-cristão, 16, 17, 22, 26

Juez, 62, 64, 66, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78

Juzgados, 75

M

Ministerio Público, 63, 67, 68, 69, 70, 72, 76, 77

N

Nuevo Modelo Procesal Penal, 62, 63, 64, 65,
66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77,
78

P

patriarcado, 16, 21, 22, 23, 26, 28

projeção, 32, 36, 37, 38

psicopatologia, 34, 36, 37

R

religiosidade, 17, 20, 29

S

serviços farmacêuticos, 40, 48

V

vigilância sanitária, 47, 49

Sobre os organizadores



  **Bruno Rodrigues de Oliveira**

Graduado em Matemática pela UEMS/Cassilândia (2008). Mestrado (2015) e Doutorado (2020) em Engenharia Elétrica pela UNESP/Ilha Solteira. Pós-doutorado pela UFMS/Chapadão do Sul na área de Inteligência Artificial. É editor na Pantanal Editora e Analista no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Tem experiência nos temas: Matemática, Processamento de Sinais via Transformada Wavelet, Análise Hierárquica de Processos, Teoria de Aprendizagem de Máquina e Inteligência Artificial, com ênfase em aplicações nas áreas de Engenharia Biomédica, Ciências

Agrárias e Organizações Públicas. Contato: bruno@editorapantanal.com.br



  **Alan Mario Zuffo**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (2010) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre (2013) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor (2016) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós - Doutorado (2018) em Agronomia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente, possui 165 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 127 resumos simples/expandidos, 66 organizações de e-books, 45 capítulos de e-books. É editor chefe da Pantanal editora e revisor de 18 revistas nacionais e internacionais. Professor adjunto na UEMA em Balsas. Contato: alan_zuffo@hotmail.com.



  **Jorge González Aguilera**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (1996) na Universidad de Granma (UG), Bayamo, Cuba. Especialista em Biotecnologia (2002) pela Universidad de Oriente (UO), Santiago de Cuba, Cuba. Mestre (2007) em Fitotecnia na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Doutor (2011) em Genética e Melhoramento de Plantas na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Pós - Doutorado (2016) em Genética e Melhoramento de Plantas na EMBRAPA Trigo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor Visitante na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no campus Chapadão do Sul (CPCS), MS, Brasil. Atualmente, possui 74 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 29 resumos simples/expandidos, 50 organizações de e-books, 37 capítulos de e-books. É editor da Pantanal Editora e da Revista Agrária Acadêmica, e revisor de 19 revistas nacionais e internacionais. Contato: j51173@yahoo.com, jorge.aguilera@ufms.br.



ID Aris Verdecia Peña

Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas Gerais, Brasil. Professora e Instructora da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e seis organizações de e-books.



ID Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Pedagoga, graduada em Pedagogia (2020) na Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC). Estudante de Especialização em Alfabetização e Letramento na Universidade Cathedral (UniCathedral). É editora Técnico-Científico da Pantanal Editora. Contato: rlustosa@hotmail.com.br



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br